



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI**

Rua: Visconde de Ouro Preto, 435 – Centro- Tele fax: (37)3371-1551/1384

CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-Mail [camara.piumhi@terra.com.br](mailto:camara.piumhi@terra.com.br)

Site [www.camarapiumhi.mg.gov.br](http://www.camarapiumhi.mg.gov.br) CEP 37925-000 PIUMHI-MG



### **DESPACHO DA PRESIDÊNCIA**

#### **REF. PROJETO DE LEI Nº 36/2017**

Acuso o recebimento da Lei nº 2.292/2017 que “Dispõe sobre a criação do “Projeto Araras”, e autoriza o Poder Executivo Municipal e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi a prestarem apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais localizados na bacia do Ribeirão Araras e dá outras providências” protocolizada nesta Casa Legislativa em 20 de junho de 2017.

Encaminhe-se a presente proposição à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para proceder à revisão da referida proposição sancionada pelo Poder Executivo, verificando sua conformidade com o texto aprovado na fase de tramitação, conforme determina o inciso VII, do art. 41, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

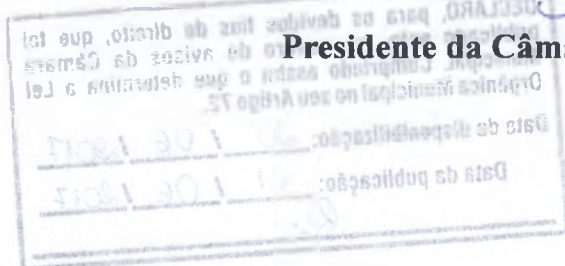
Após a publicação da Lei nº 2.292/2017, em cumprimento ao art. 72 da Lei Orgânica Municipal, determino o encerramento do Processo de Tramitação do Projeto de Lei nº 36/2017, com sua remessa aos arquivos da Câmara Municipal de Piumhi.

Publique-se e cumpra-se.

Piumhi, 20 de junho de 2017.

  
**Antônio Fernando Gomes**

**Presidente da Câmara Municipal de Piumhi**





**CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
Rua Francisco de Paula, 452 - Centro - Fone: (41) 321-1234  
CNPJ nº 00.000.000/0001-81 E-mail: camara@curitiba.pr.gov.br



## DECLARACÃO DA VERACIDADE

RES. Nº 001/2017

Atendo a solicitação de Lei nº 001/2017, que trata sobre a criação de uma comissão para avaliar o desempenho dos servidores públicos, e tendo em vista a importância da transparência e da accountability no âmbito da administração pública, declaro a veracidade das informações prestadas pelo Sr. [nome], servidor público, em relação aos fatos narrados no texto da Lei.

Declaramos a veracidade das informações prestadas pelo Sr. [nome], servidor público, em relação aos fatos narrados no texto da Lei, e comprometemo-nos a manter a atualizada a presente declaração, bem como a disponibilizar a mesma para consulta pública.

Ata de 20 de junho de 2017, em Curitiba, PR.

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão

DECLARO, para os devidos fins de direito, que foi publicado este, no quadro de avisos da Câmara Municipal. Cumprindo assim o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu Artigo 72.

Data da disponibilização: 20 / 06 / 2017

Data da publicação: 21 / 06 / 2017

Q: